

NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS E IDENTIDADE SURDA: O REGISTRO DO SINAL-NOME COMO ESTRATÉGIA DE AFIRMAÇÃO EM COMUNIDADES URBANAS NOS TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

Gabriela Lapa Teles Barbosa
Carla Conceição da Silva Paiva

Universidade do Estado da Bahia, gabriela.lapa@hotmail.com
Universidade do Estado da Bahia, ccspaiva@gmail.com

Resumo: O presente trabalho discute possibilidades de apropriação da narrativa fotográfica como instrumento de afirmação identitária em comunidades surdas urbanas, a partir da fotodocumentação de uma tradição da cultura surda conhecida como sinal-nome, nome gestual ou nome de batismo, que consiste em um nome visual usado para identificar as pessoas na Língua Brasileira de Sinais. Apresenta-se a experiência vivida durante um curso de fotografia para estudantes surdos, ministrado em Salgueiro-PE, no qual foram fotografados 15 participantes com seus respectivos sinais. Justifica-se a problematização da identidade e cultura surdas no contexto semiárido pela necessidade de visibilizar as demandas desse grupo que habita os territórios do SAB e desenvolve, nele e com ele, relações de pertencimento e convivência, que só têm sido discutidas no âmbito da educação especial. As discussões norteiam-se pela perspectiva dos Estudos Culturais em identidade, trazendo a surdez como marca de uma diferença cultural que é sustentada por diversos artefatos, criados e disseminados nas comunidades surdas, e que estão presentes nos territórios semiáridos, especialmente nos espaços urbanos, onde circulam as Línguas de Sinais e os produtos culturais dela derivados. Argumenta-se que as imagens dos sinais-nome criadas por meio da fotografia trazem outras representações sobre a surdez, diferentes do estereótipo de deficiência disseminado nas práticas medicalizadoras das escolas e hospitais nos últimos cem anos. Dessa forma, além de constituir uma fonte de documentação da tradição surda, na maneira como ela é experimentada pelas comunidades dos territórios semiáridos, as fotografias dos sinais-nome contribuem com o fortalecimento da afirmação da diferença e do pertencimento dos sujeitos a esse grupo cultural.

Palavras-chave: Fotografia, cultura surda, sinal-nome, semiárido.

Introdução

A fotografia está intimamente relacionada com o processo de representação e significação da realidade, das relações de poder e de construção da memória social individual e coletiva, na medida em que permite expressar visualmente “as sensibilidades, práticas articulatórias, símbolos, valores, atitudes e linguagens de diferentes pertenças e formações identitárias” (SILVA, 2011, p. 230). Já no início do século XX, esse meio de expressão visual serviu como recurso para o trabalho do fotógrafo americano Edward Curtis, de documentar os costumes dos índios do oeste dos Estados Unidos, massacrados pelas políticas de governo, na intenção de construir uma identidade visual indígena que exaltasse as tradições daquele povo e contestasse o discurso dominante segundo o qual eles eram representados como mendigos violentos (CAMERA, 2010).

Entendendo o valor documental da fotografia nesse processo de afirmação identitária, o presente trabalho discute o uso da fotodocumentação como instrumento de registro da cultura surda e de afirmação do pertencimento cultural dos surdos nos territórios semiáridos, a partir do registro

fotográfico de uma de suas tradições: o sinal-nome. Sabe-se que, historicamente, as representações dominantes sobre a surdez foram construídas por discursos normalizadores, que valorizavam a presença do ouvido funcional em detrimento da sua falta, originando uma série de métodos corretivos utilizados em clínicas, hospitais e escolas, por meio do ensino oralista, cirurgias e aparelhos auditivos (SKLIAR, 2013).

O movimento de desconstrução dessas narrativas desencadeou uma busca, a partir sobretudo dos anos 1980, pela afirmação da surdez como identidade cultural e étnico-linguística, por meio da valorização dos artefatos culturais produzidos nas comunidades surdas, como as Línguas de Sinais, a literatura, o humor, etc (STROBEL, 2016). Uma dessas tradições consiste em batizar pessoas com sinais de modo a identificá-las por uma referência visual durante uma conversa. É um costume que surgiu, segundo Holcomb (2011) a partir dessa necessidade na vida funcional, mas acabou desempenhando um papel interessante na formação identitária dos surdos, na medida em que representava de forma muito particular a maneira como eles viam a si próprios e eram vistos pelos demais.

Apesar de ser uma tradição cultural curiosa e de valor para a cultura surda (STROBEL, 2016), não há registros documentais que permitam, por exemplo, a consulta à origem e significado dos sinais, fazendo com que a única maneira de disseminação desse conhecimento seja a comunicação visual, passível de esquecimento. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de fotografar sinais-nome de estudantes surdos, durante um curso de fotografia ministrado em 2016, atentando para as contribuições da fotodocumentação para o registro material dessa tradição, tanto como fonte de dados para consulta, quanto para a afirmação desse modo de ser surdo sustentado pela tradição do sinal-nome.

Discutindo a identidade surda no contexto semiárido

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 5, 10% da população nacional nasceu com, ou adquiriu ao longo da vida, algum grau de deficiência auditiva, classificada conforme a severidade da dificuldade para ouvir: alguma, muita ou não consegue de modo algum (CARTILHA, 2012). O censo aponta que os surdos brasileiros são principalmente homens com mais de 65 anos de idade e habitantes da região Nordeste, tanto de áreas rurais como urbanas (CARTILHA, 2012). Somente nos estados da Bahia e Pernambuco, a população surda compreendia, em 2010, quase 50 mil pessoas (IBGE, 2010).

Ao problematizar a surdez nos territórios semiáridos nordestinos, o presente trabalho busca visibilizar as demandas dessa população de números expressivos fora do âmbito da educação especial e da inclusão. Optou-se por discutir as questões de identidade e cultura surda no intuito de fazer pensar sobre os modos de ser e se relacionar que os surdos estabelecem no e com os territórios, nessa perspectiva de reconhecimento da diferença. Ao mesmo tempo, busca-se chamar atenção para as problemáticas dos grupos culturais urbanos, em um momento em que, na tentativa de ressignificar a identidade do Semiárido nordestino, a academia olha principalmente para os espaços rurais, conforme demonstra a produção de pesquisas da Universidade do Estado da Bahia-UNEB no âmbito do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Embora proponha fomentar as discussões sobre a convivência com o SAB, explorando as culturas locais, esse programa tem produzido dissertações que olham majoritariamente para o mesmo viés cultural: o da ruralidade. Essa preocupação é ilustrada nos trabalhos sobre comunidades quilombolas (GOMES, 2017), cultura indígena (FLORÊNCIO, 2016) e fundos de pasto (SILVA, 2017); educação no campo (MARTINS, 2017; ALVES, 2017); assentamentos rurais (RIOS, 2015) etc., sugerindo uma dificuldade para pensar a semiaridez no espaço urbano.

Em se tratando dos surdos, segundo Strobel (2016), “a presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. O que acontece, porém, é que nos diferentes períodos históricos, nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos” (2008, p. 42). Historicamente, a surdez foi representada, principalmente, na mídia, na literatura e na educação, como deficiência; a falta de um ouvido funcional que fazia do surdo alguém incapaz de ter um corpo normal, de aprender a falar, comunicar-se e se desenvolver da mesma forma que as pessoas ouvintes (SACKS, 2010; DUARTE, 2013). Esse discurso norteou, entre outras coisas, os tratamentos de normalização difundidos em clínicas e manicômios, e os métodos de ensino oralistas aplicados em escolas de educação especial (SACKS, 2010), que tinham como objetivo corrigir a surdez.

A partir dos anos 1980, no entanto, a teoria crítica pós-colonialista despertou, em todo o mundo, a desconstrução das representações culturais advindas do processo de colonização das civilizações, que naturalizavam a dominação de determinados grupos sobre outros a partir de conceitualizações homogêneas e binaristas sobre a identidade e a cultura (PEZZODIPANE, 2013), como branco/negro, homem/mulher, inglês/americano, surdo/ouvinte.

Woodward (2000) observa que, na busca por desamarrar-se dos estereótipos construídos no contexto colonialista, os grupos marginalizados como minorias passaram a lutar para afirmar sua

identidade fazendo referência a um passado ou origem comum vividos antes da colonização. Foi assim que, no Brasil, nesse período, movimentos sociais pelos direitos dos surdos passaram a contestar o estereótipo de deficiente em favor do reconhecimento da diferença e da identidade cultural dos surdos enquanto povo com modos próprios de ser, se comunicar e se relacionar com o mundo (STROBEL, 2016).

Um dos argumentos que sustentam esse posicionamento entre os pesquisadores da área é o de que, para desenvolver a identidade surda, o sujeito surdo precisa ter contato com outros iguais que falam as Línguas de Sinais – sua forma natural de comunicação – e com a comunidade surda, que são “um grupo de pessoas que podem ser surdas e não surdas, que vivem em um determinado local e partilham objetivos comuns” (PADDEN E HUMPHRIES, 2000 apud STROBEL, 2016). Essa troca de experiências, segundo Strobel (2016), é o que desperta no surdo a sua essência cultural, que teria sido negada durante anos pelas narrativas normalizadoras da surdez criadas pela sociedade ouvinte.

Estudos mais recentes sobre o tema, no entanto, têm se distanciado dessa concepção de essência cultural, por entender que essa ideia acaba retomando a homogeneização identitária promovida pelos discursos colonizadores. Skliar (2013), por exemplo, atenta para a necessidade de estudar as identidades surdas numa perspectiva multicultural, que contemple a surdez como uma construção e não como uma condição biologicamente determinada, reconhecendo as diferentes demandas identitárias dos surdos em detrimento de uma concepção universalista das mesmas. Já Coelho (2013) observa que, na busca por contestar o estereótipo de deficiente, os surdos acabaram construindo uma identidade que é igualmente estereotipada – surdo, falante das Línguas de Sinais, não-oralizado, que evita a cultura ouvinte, vive em contato com comunidades de surdos, utiliza os meios visuais de comunicação, etc. Para esse autor, há uma multiplicidade de identidades surdas que são ofuscadas por esses estereótipos, como por exemplo, os surdos que falam línguas orais, fazem leituras labiais, ou utilizam implantes/aparelhos auditivos, que falam outras línguas visuais, etc.

Segundo os Estudos Culturais pós-modernos, a identidade é marcada por meio de símbolos (Woodward, 2000) que desencadeiam processos de identificação a partir dos quais as pessoas escolhem assumir determinados papéis e/ou lugares de fala (HALL, 2000). Por essa razão, autores como Silva (2000), Woodward (2000) e Hall (2005) defendem que a identidade não é fixa e nem determinada biologicamente, mas sim, construída em processos contínuos influenciados pelos

momentos históricos e contextos culturais específicos, podendo ser modificadas conforme a identificação dos sujeitos com os símbolos identitários forem sendo ganhadas ou perdidas.

Concordando com esses estudiosos, o presente trabalho adotou a concepção da surdez como marca de uma identidade cultural situada no campo das invenções (LOPES E VEIGA NETO, 2006), produzida historicamente nas comunidades surdas para dar sentido à existência, por meio de artefatos e discursos com os quais os sujeitos podem identificar-se, construir suas subjetividades e exercer papéis sociais (LOPES, VEIGA NETO, 2006; STROBEL, 2016; PERLIN, 2004; KARNOPP, KLEIN, LAZZARIN, 2011). Optou-se por situar a produção da existência surda nas comunidades por entender que é nesses espaços coletivos que se inventam, modificam e disseminam as tradições culturais que dão sustentação ao modo surdo de ser, funcionando como marcadores da diferença e da alteridade surdas (PERLIN, 2003; 2004; COELHO, 2011; STROBEL, 2016).

Conforme afirma Strobel (2016), “Há grande diversidade de comunidades surdas, e cada grupo é organizado de maneira diferente, de acordo com os mesmos interesses, tais como raça, religião, profissão, etc.” (p. 32). Uma dessas tradições é a maneira de nomear alguém usando uma identificação visual chamada de sinal-nome, sinal-pessoal ou nome gestual (SUELI RAMALHO, 2017). Segundo Holcomb (2011), ela surgiu da necessidade dos surdos identificarem melhor as pessoas de quem falavam, durante uma conversa, pois o nome em línguas oral-auditivas não passava informações visuais sobre o sujeito que o possuía, tornando difícil para o surdo associar o nome a um referencial imagético. “A comunidade surda não se refere às pessoas pelo nome próprio, mas pelo sinal próprio recebido no ‘batismo’” (DALCIN, 2006, p. 205).

Relatos de surdos contidos na literatura científica apontam uma relação sentimental entre eles e essa maneira de nomear, que ultrapassa a simples funcionalidade contida na associação entre o sujeito e a imagem, conforme demonstra Laborit (1994, p. 75): “os surdos teriam me chamado de flor que chora caso eu não tivesse tido acesso à sua comunidade linguística. A partir dos sete anos tornei-me falante e luminosa [...], o sol que vem do coração. Era um belo sinal” (LABORIT, 1994, p.75). No entanto, a tradição do sinal não envolve somente os surdos, pois, na medida em que ele funciona como identificador dos sujeitos dentro de uma comunidade surda, e essa, por sua vez, não é formada somente de surdos, os ouvintes que participam do mesmo espaço social também podem receber sinais.

Fotografia e identidade: relato de uma experiência em Salgueiro-PE

A percepção da fotografia como um possível instrumento de afirmação identitária para os surdos, enquanto grupo cultural com tradições e símbolos próprios, aconteceu por meio da vivência com um grupo de 15 estudantes, todos falantes da Língua Brasileira de Sinais, durante o desenvolvimento de um curso de fotografia em Libras, ministrado pela autora na cidade de Salgueiro-PE. Com duração de 30h, as aulas foram realizadas duas vezes por semana, de abril a junho de 2016, com auxílio de intérpretes, em uma sala do campus Salgueiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IF Sertão-PE, onde a autora trabalha como jornalista.

Os participantes foram selecionados por ordem de inscrição, tendo preenchido as vagas 14 habitantes da zona urbana de Salgueiro e um da zona rural, com idade entre 15 e 21 anos, sendo alguns estudantes do IF Sertão-PE e outros não. O curso tinha como objetivo despertar o olhar dos alunos para a expressão visual através da fotografia, com o ensinamento de técnicas básicas de composição, enquadramento e manuseio do equipamento fotográfico. Para isso, foi utilizado um material didático com sinais técnicos de fotografia em Libras, disponibilizado pelo projeto FotoLibras, original de Recife-PE.

À época da realização das aulas, o campus Salgueiro do IF Sertão-PE contava com 11 estudantes surdos matriculados em diferentes cursos técnicos de nível médio. Também promovia cursos de introdução à Libras, tanto para alunos e servidores, como para familiares de surdos, atento ao fato de haver muitos surdos na cidade, e da necessidade de ensino da Libras para melhor comunicação com eles. Além de compartilharem o ambiente escolar, os alunos da turma de fotografia também participavam da mesma comunidade religiosa, a Pastoral dos Surdos mantida pela Paróquia da Diocese de Salgueiro, e de mobilizações pelos direitos à acessibilidade, emprego e educação em Língua de Sinais.

A demanda por um curso de fotografia que trabalhasse sinais específicos e conteúdo de interesse dos surdos foi solicitada pela professora de Libras do campus, que conhecia a comunidade e o interesse dos alunos pela comunicação visual. Durante a primeira aula, todos fizeram uma apresentação de si e do seu interesse pela fotografia. Observou-se que, sem nenhuma combinação prévia, as apresentações dos estudantes seguiam sempre o seguinte ritual: nome em português, expressado em Libras por meio da datilologia, e o sinal, em Libras, correspondente à pessoa. Tratava-se do sinal-nome, que segundo Holcomb (2011), consiste na identificação visual dos indivíduos por meio da Língua de Sinais.

No momento de apresentação da professora, após soletrar seu nome no alfabeto em Libras, todos perguntaram qual era o seu sinal, obtendo como resposta o desconhecimento da docente sobre

o mesmo. A turma, então, contactou outro estudante surdo, que não fazia parte do curso mas conhecia a professora do convívio no IF Sertão-PE, e descobriu o sinal-nome que havia sido criado para identificá-la: um sinal com a configuração de mão em G, correspondente à letra inicial de seu nome, e o sinal de passar a mão pelos cabelos – um hábito que foi percebido pelos surdos como predominante na identificação visual da professora.

No momento das apresentações da turma, todos demonstraram sinais-nome relacionados a características físicas predominantes, como o uso da franja na lateral da cabeça, sardas proeminentes na bochecha e sobre o lábio (ver figura abaixo), sempre combinados com o sinal, em Libras, correspondente à letra inicial do nome em Português.



Figura1: aluna Cleia Maiane, sinal-nome formado pela configuração de mão em M e o movimento referente à franja lateral.
Fonte: a autora.



Figura2: aluna Francineide, sinal-nome formado pela configuração de mão em F associada às sardas na lateral da bochecha.
Fonte: a autora.

Em diversos momentos do curso, sempre que a professora esquecia o sinal-nome de algum estudante e se referia a ele pelo nome em Português, utilizando a datilologia – o alfabeto em Libras –, os demais estudantes sinalizavam o nome visual correspondente, indicando uma preferência por essa forma de identificação pessoal. Ao perceber a dificuldade de lembrar de todos os sinais, a

docente, então, optou por fotografar a turma, atentando para a alegria e receptividade da ideia quando socializada para os estudantes, que demonstraram sentirem-se valorizados pelas imagens produzidas.

Em pesquisas posteriores na internet, motivadas pelo conhecimento da tradição dos sinais- nome obtido nas aulas do curso de fotografia, encontrou-se muitas referências a essa forma de identificação, sobretudo em vídeos de pessoas surdas que se apresentam com a mesma sequência de informações adotada pelos alunos aqui mencionados: o nome em Português e o sinal visual em Libras. Porém, nenhuma forma de acesso, a exemplo de banco de dados, aos significados dos sinais e à identificação das pessoas de uma mesma comunidade, levando a uma inquietação sobre a necessidade de dispor dessa ferramenta, tanto como forma de registro da memória cultural dos surdos, como de valorização das suas identidades e consequente sentimento de pertença.

Considerações Finais

O debate sobre identidade e cultura surda se faz necessário nos territórios semiáridos nordestinos na medida em que a população de surdos, que em 2010 somava 50 mil em apenas dois estados, indica um expressivo grupamento humano com modos próprios de produzir saberes e culturas que precisam ser considerados para pensar a dinâmica social numa perspectiva plural e não colonizadora, a partir do reconhecimento da diferença e da alteridade. Ao mesmo tempo, falar sobre cultura surda no Semiárido incentiva a olhar para as problemáticas culturais e identitárias que se desenvolvem nos espaços urbanos, trazendo a perspectiva da urbanidade para esses territórios ainda tão estudados sob o viés da ruralidade.

Entendendo a surdez numa perspectiva multicultural pós-moderna, percebe-se que constitui a marca de uma identidade construída por tradições e artefatos visuais, a exemplo da comunicação por Língua de Sinais e do uso de sinais visuais para identificar pessoas em Libras. Esses mecanismos de manutenção identitária são criados, modificados e propagados nas comunidades surdas, espaços predominantemente urbanos nos quais surdos e ouvintes convivem e compartilham interesses comuns.

A experiência com uma turma de estudantes surdos demonstrou que a tradição do sinal- nome tem grande uso e importância no cotidiano dos alunos. Também apontou que a fotografia pode ser usada como forma de registrar os sinais, instituindo uma fonte de documentação da memória cultural do grupo e de valorização da sua cultura, ao passo que ajuda a construir representações sobre a surdez calcadas no reconhecimento da diferença e não da deficiência.

Percebeu-se a necessidade de construção de um catálogo dos sinais-nome, contendo imagem e significado, além da referência ao nome da pessoa em Português, para que possa ser consultado pela comunidade surda, e população em geral. Tal ferramenta vem sendo estudada como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento na Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

Referências

- ALVES, R. S. O impacto da proposta curricular e resignificação da prática pedagógica no âmbito das escolas do campo da rede pública municipal de ensino Juazeiro/BA. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.
- CARTILHA do censo 2010 – Pessoas com deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.
- CAMERA, P. Alguns apontamentos sobre a modernidade e o valor da fotografia-documento. XX Encontro Estadual de História: o Brasil no Sul, cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 2010. Santa Maria, RS.
- COELHO, O. Conceptualizações da surdez, manifestações e marcas da cultura surda e os casamentos endógamos surdos. In: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.
- DALCIN, G. Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. In: QUADROS, R. (org.). Estudos Surdos I. Petrópolis. Arara Azul: 2006.
- DUARTE, S. B. R. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 20, n° 4, Rio de Janeiro, 2013. p.1713-1734.
- FLORÊNCIO, R. R. Educação e letramento intercultural na aldeia de Assunção do povo Truká. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.
- GOMES, R. de F. M. Vozes no Silêncio: um estudo sobre identidade e memória de quilombo na perspectiva do letramento (Sítio Boa Vista – Afrânio/PE). 2017, 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 10ª ed. Rio de Janeiro. DP&A: 2005.
- HOLCOMB, T. K. Compartilhamento de informações: um valor cultural universal dos surdos. Tradução: Iuri Abreu. In: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.
- IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acessado em 02/05/2017.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.

LABORIT, E. O voo da gaivota. São Paulo: Best Seller Círculo do Livro, 1994.

LOPES, M. C.; VEIGA NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. 03, p.81-100, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MARTINS, C. dos S. Educação do campo: alfabetização enfoque na educação contextualizada no município de Juazeiro/BA. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.

PERLIN, G. O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade. 2003.156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. O lugar da cultura surda. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (orgs.) A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação, p. 73-82, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

PEZZODIPANE, R. V. Pós-colonial: a ruptura com a história única. Simbiótica, Espírito Santo v. ún., nº 3. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Companhia de Bolso: 2010.

SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação: 2013.

SILVA, A. O. da. Território tradicional de fundo de pasto de Bruteiro e Traíra: territorialidades contemporâneas e as lutas pela reapropriação social da natureza. 2017. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro.

SILVA, S. L. P. da. A fotografia e o processo de construção social da memória. Ciências Sociais Unisinos. 47 (03), p. 228-231. Unisinos: 2011

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2000.

STROBEL, K. L. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

SUELI RAMALHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2011. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sueli_Ramalho. Acesso em 01/05/2017.



WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2000.